



## LINGÜÍSTICA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA (LINGUISTICS, EDUCATION AND POLITICS)

Émerson de PIETRI (PG - UNICAMP)

**ABSTRACT:** *First language teaching based on traditional grammar has been considered discriminatory by researches. These researches purpose a teaching process based on linguistic analysis. Nevertheless grammatical tradition itself was based on linguistic analysis. This paper tries to show that modern linguistic theories are discriminatory as an analysis of pedagogical discourse reveals.*

**KEYWORDS:** *Linguistics; language teaching; grammar.*

### 0. Introdução

As contribuições da Lingüística para se repensar o papel do ensino de língua portuguesa têm, principalmente a partir da década de 80, no Brasil, evidenciado o caráter discriminatório das posturas prescritivas. As propostas de mudança ao ensino tradicional fundamentam-se, então, na postura descritiva das práticas científicas, cujo caráter político, e conseqüente possibilidade de discriminação social, tem sido considerado existente somente no momento da escolha da variedade lingüística a ser tomada como objeto de análise pelo lingüista.

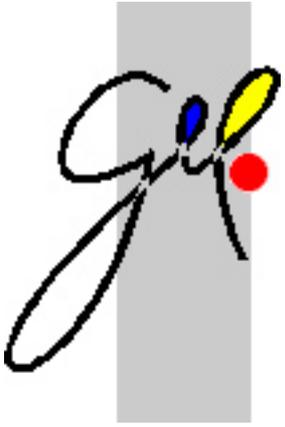
Não tem sido considerado, entretanto, que o caráter discriminatório das posturas prescritivas está também fundamentado numa tentativa de descrição da variedade lingüística que privilegia, tal como nas posturas científicas, e que as posturas científicas, por sua vez, também apresentam um caráter prescritivo, seja na escolha da variedade lingüística a ser analisada, seja com o conceito de língua(gem) que pressupõem.

Além disso, o caráter discriminatório se efetiva com a utilização política da valorização social que possui determinado discurso. Desse modo, não tem sido considerado o caráter discriminatório mais amplo das posturas científicas, originário da utilização política de sua valorização social. É o que fica evidente a partir da análise de textos que pretendem fundamentar cientificamente o que é obviamente político: o pedagógico.

Percebe-se então que duas concepções de linguagem e ensino de língua que, aparentemente, se contrapõem, politicamente se complementam: a postura prescritiva e a postura descritiva das atividades lingüísticas assumem politicamente a mesma função social.

### 1. Revisitando a tradição gramatical.

O percurso a ser percorrido a seguir apresenta o caráter prescritivo da gramática tradicional em sua evolução histórica, caráter esse que difere do modo como atualmente é considerada prescritiva uma gramática. Se hoje ela é normativa, com o objetivo de legitimar uma variedade lingüística, a norma padrão, e com o objetivo de



ensinar uma metalinguagem, a *sua* metalinguagem, ao longo do tempo ela representou a normatividade com atributos diversos de como é entendida atualmente, ou seja, representou um instrumento de auxílio ao desenvolvimento de uma atividade: para a arte de escrever ou para a leitura dos grandes poetas; para o ensino de latim para os que já não mais tinham essa variedade como língua de comunicação; para a "arte de bem falar", que não tinha um fim em si, mas no desenvolvimento do raciocínio, do "bem pensar" (Foucault chama a atenção para o fato de que, desse modo, a prescrição não é de ordem estética, não se queria impor normas da "boa linguagem", mas são prescrições de ordem analítica).

E isso nos leva ao segundo ponto: também diferentemente da imagem que temos hoje da gramática, tradicionalmente o prescritivo esteve ligado ao descritivo: não apenas era privilegiada uma variedade da linguagem, mas analisava-se essa variedade com o objetivo de conhecê-la. O conhecimento dessa variedade fundamentava outros fins, como os referidos acima.

Tal como nos relata Silva (1989), Dionísio de Trácia, no século II - I a.C., concebe a gramática como "a 'arte de escrever' (arte no sentido de 'conjunto de preceitos necessários à execução de uma determinada atividade')"; já em Roma, Varrão (I século antes de Cristo a.C.) propõe a gramática do latim padrão em oposição ao latim falado pelas classes populares, o latim "vulgar". A gramática é então considerada "a arte de escrever corretamente e de compreender os poetas".

Em seguida, encontramos o *Doctrinale puerorum*, de Alexandre Villedieu (século XIII), gramática voltada para os que não tinham mais o latim "nem como língua de berço, nem como língua de comunicação generalizada, mas como a língua da escola" (p.22); seu objetivo é claro: ensinar o latim a um público que tem como referência as línguas românicas.

A tendência pedagógica encontra sua plenitude no século XVI, quando a reflexão lingüística

"deixa de ser uma especulação para se tornar uma observação, privilegiando o uso lingüístico, mas sem abandonar a relação pensamento-língua. E desenvolve um dispositivo pedagógico que introduz na gramática uma ambivalência que é a de pretender trabalhar sobre a língua como objeto de estudo e como objeto de ensino, tentando ser, *ao mesmo tempo, gramáticas descritivas e gramáticas normativas.*" (p.25)

E o percurso é concluído nos séculos XVII e XVIII:

"(...) vale ressaltar que elas [as gramáticas] de fato se concentram na reflexão do francês ou da língua à qual se aplicam, já vista a aprendizagem do latim como língua estrangeira. No caso da *Gramática Geral* do francês, faz-se necessário que se relacione o seu surgimento com o momento francês em que a arte de bem falar torna-se moda e a "arte de bem falar" se define como o explicar bem o raciocínio, o bem pensar. Só fala bem quem raciocina bem, segundo as operações estabelecidas pela Lógica. Não é portanto o falar bem retórico, apenas persuasivo, mas o falar bem lógico, que também tem o poder de persuadir." (p. 27)



## 2. Revisitando a tradição gramatical num fragmento da Proposta Curricular de Ensino de Língua Portuguesa - 1º grau<sup>1</sup>.

Do exposto acima, nota-se que a relação entre descrição e prescrição sempre se fez presente nas preocupações com a linguagem. Atualmente isso não se faz de outro modo. Hoje, o lugar da tradição gramatical é ocupado pelo trabalho científico da Linguística, o que levaria a concluir que a relação entre descrição e prescrição não mais se mantém. Porém, como pretendemos mostrar a seguir, essa relação se desfaz apenas aparentemente.

O que antes não se dissociava enquanto prática social (as gramáticas eram descritivas e normativas, e, portanto, científicas e pedagógicas), atualmente tem sido considerado como práticas sociais distintas: temos a gramática normativa, com objetivos apenas pedagógicos, sendo cientificamente falha e estagnada, além de discriminatória ao excluir os falantes de variedades diferentes daquela que privilegia, a norma padrão; e temos a gramática descritiva, com objetivos apenas científicos, desvinculada do pedagógico e política apenas nas escolhas da linguagem que toma como objeto de análise.

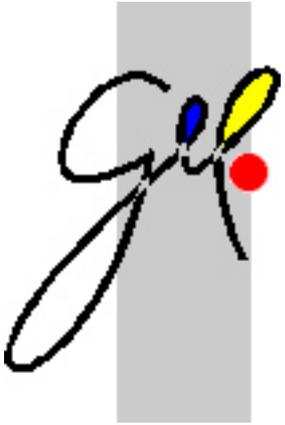
Queremos crer que a dissociação entre gramáticas normativas e gramáticas descritivas se desfaz ao se analisar o valor político das práticas científicas. A análise linguística atual, com o valor social que possui, é utilizada pelo pedagógico tal como na tradição gramatical. A diferença é que, hoje, o científico e o pedagógico devem ocupar lugares diversos na atual organização social dos campos do saber, e a associação entre um e outro, desse modo, deve supostamente se realizar apenas por meio da apropriação do discurso científico pelo pedagógico, o que, no Estado, acontece através das instituições políticas responsáveis pela educação. É o que pode ser visto no fragmento abaixo da Proposta Curricular:

"Levar a criança ao domínio da norma padrão e culta, dar-lhe condições de responder às exigências formais do texto escrito, fazê-la ampliar os modos de representação do mundo são, certamente, objetivos fundamentais da escola. Nada disso, porém, implica uma discriminação preconceituosa de sua linguagem coloquial comunitária. Muito pelo contrário, mais facilmente a criança tem acesso à norma culta, quando não é reduzida ao silêncio precocemente; quando, exercitando livremente a modalidade de sua linguagem, é capaz de confrontá-la com outras modalidades e perceber os valores sociais que são atribuídas a umas e outras e de compreender como elas associam a diferentes atividades e a diferentes propósitos sociais." (Proposta Curricular, p. 23)

O fragmento acima, ao referir-se a "responder às exigências formais do texto escrito" e ao "acesso à norma culta", aproxima-se dos preceitos da tradição gramatical desde suas origens quanto à "arte do escrever bem", de Dionísio de Trácia, e do uso padrão da linguagem, como para Varrão, em oposição ao uso popular. Aqui, porém, no

---

<sup>1</sup> De agora em diante, referida apenas como *Proposta Curricular*.



lugar da gramática tradicional, fundamentam o trabalho pedagógico as contribuições que a Lingüística veio oferecer para se repensar o ensino de acordo com o papel social que a escola tem a cumprir, quais sejam, a *concepção sócio-interacionista*, a *noção de texto*, a *noção de variedade lingüística*, e a *reorganização das práticas de sala de aula em torno da leitura, da produção de textos e da análise lingüística* (Geraldí, Silva & Fiad, 1996).

Do mesmo modo que a tradição gramatical objetivava o ensino do latim para não falantes, ou o estudo das línguas românicas com o objetivo de ensino, temos também a questão do ensino de língua estrangeira (e língua materna) orientando e sendo orientada pela Lingüística na atualidade:

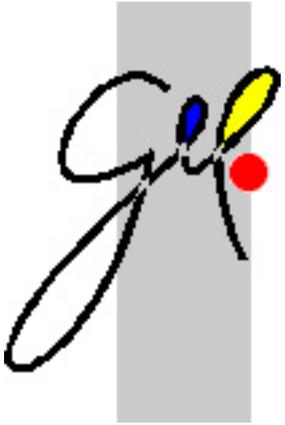
"... a Lingüística, desde seus começos, teve que dizer a que veio. E já na década de 70 começa a "popularizar-se" por sua presença interferente no ensino, inicialmente no ensino de línguas estrangeiras e, antes mesmo que pesquisas sobre o português falado no Brasil estivessem disponíveis, a Lingüística Aplicada já estava em nosso meio. Tome-se como exemplo o Centro de Lingüística Aplicada do Yázigi e suas propostas então marcadas pelo estruturalismo: aprendizagem de estruturas Lingüísticas, de uma oralidade digamos pragmática. Isto não se fez, obviamente, sem embate com um ensino marcado pela visada literária. O resultado cultural de um trabalho voltado para o domínio da língua, objetivando a formação de falantes e não de estudiosos da expressão Lingüística e literária, ainda está por ser avaliado. Mas não se pode negar o "sucesso" inicial de uma tal proposta de ensino, que acabou se multiplicando não nas escolas públicas mas nos inúmeros cursos de línguas espalhados pelo país." (Geraldí, Silva & Fiad, 1996: 308)

Destaca-se para o trecho acima que a base do ensino lingüístico presente nas novas propostas é a mesma que se encontra nos primórdios da "popularização" da Lingüística: "um trabalho voltado para o domínio da língua, objetivando a formação de falantes e não de estudiosos da expressão lingüística e literária", tal qual a tendência do século XVI, quando a reflexão lingüística privilegia o uso lingüístico e pretende trabalhar sobre a língua "tentando ser, *ao mesmo tempo, gramáticas descritivas e gramáticas normativas*."

E mesmo o trecho supracitado da Proposta Curricular, apesar de, ao seu final, falar em *modalidades* da linguagem, em princípio trata do ensino da norma culta padrão da língua portuguesa como o ensino de uma língua estrangeira: partindo do domínio que a criança traz da linguagem que utiliza em sua comunidade de origem, é possível levá-la ao domínio de uma linguagem estranha para ela, a norma culta padrão. Assim, a linguagem fundamenta um trabalho de ensino de língua com um objetivo bastante semelhante ao do *Doctrinale puerorum* para o ensino do latim a falantes das línguas românicas. Postura obviamente normativa.

### 3. Revisitando a tradição gramatical nas críticas à gramática tradicional.

Neste momento, nosso objetivo é mostrar como a prescrição, no sentido que lhe deu Foucault, isto é, a *prescrição de ordem analítica*, se faz presente nas concepções teóricas que fundamentam as propostas de mudança no ensino.



A Proposta Curricular chama a atenção para o fato de que a ‘atividade de falar sobre a linguagem (metalinguagem) nada tem a ver diretamente com o processo efetivo de produção e interpretação dos textos’ (pg. 25).

A mesma proposta coloca a necessidade de um afastamento crítico, por parte do sujeito, com relação à realidade sobre a qual atuará, e coloca a necessidade de o processo de ensino da escrita se basear num longo trabalho com o uso da linguagem (atividade lingüística: uso da linguagem em processos reais de comunicação).

Continuando seu discurso, afirma que esse afastamento é necessário, uma vez que todo o processo deve estar ancorado no trabalho com a linguagem (atividades epilingüísticas: análise e transformação das expressões em um processo consciente e reflexivo): para esse trabalho se exigiria os conhecimentos intuitivos, a gramática que a criança tem internalizada (ainda que não saiba dar nomes ao que é chamado *sujeito*, o *advérbio*, etc)<sup>2</sup>.

Assim, seria apenas sobre esse forte embasamento proveniente do trabalho com a linguagem que a *atividade de falar sobre a linguagem (metalinguagem)* deveria acontecer. Porém, ainda que a partir de uma gramática internalizada e intuitiva, as práticas escolares de trabalho com a linguagem não estariam do mesmo modo sendo feitas com base no trabalho de *falar sobre a linguagem*?

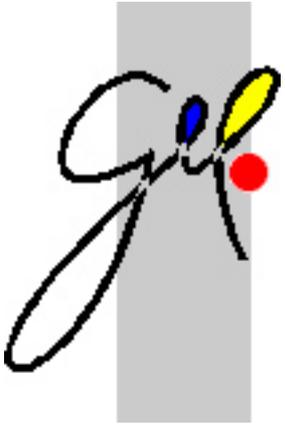
Para essa proposta, seria apenas sobre esse embasamento que o aluno seria capaz de discutir criticamente a linguagem como objeto de descrição sistemática: o que significa que o trabalho metalingüístico, o trabalho com a gramática formal, somente seria possível nos níveis mais altos de escolaridade. O que talvez se esqueça é que no ensino tradicional não se *discute criticamente a linguagem como objeto de descrição sistemática*. A descrição sistemática tradicional pode ser utilizada para se falar sobre a linguagem no ensino tradicional do mesmo modo que é proposto o uso da gramática intuitiva para se falar sobre a linguagem no ensino de acordo com as novas propostas.

Além disso, ao que parece a Proposta Curricular considera *uso real da linguagem* apenas aquele que se fundamenta numa prática consciente de uso dessa linguagem. Da mesma forma, considera prática pedagógica real apenas aquela que seja consciente de seus objetivos: ‘Os objetivos têm que estar presentes como consciência da atividade pedagógica, dando sentido e direção às ações em sala de aula.’ (p. 15)

Ou seja, apesar de ser uma proposta de ensino que se diz fundamentada no conceito de *uso*, ou de *prática*, como pode ser visto por exemplo em sua recusa pela metalinguagem, em favor das atividades epilingüísticas, mostra-se, na realidade, como uma proposta que privilegia, tanto para professor quanto para aluno, uma aproximação não prática, mas teórica da realidade. Isto é: considera real apenas o uso que tem consciência de si mesmo; considera real apenas a prática fundamentada por uma teoria, apenas o desempenho fundamentado na certeza de uma competência; considera que a boa linguagem está relacionada com o bom raciocínio, o bem pensar, que, apesar de considerados inatos (*competência*), devem ser desenvolvidos através da monitoração (prescrição? normatividade?) do *desempenho*.

---

<sup>2</sup> Cf.: Franchi (1987:39-41).



Desse modo, apesar de as propostas de mudança no ensino de língua portuguesa, apoiadas na Lingüística, defenderem o fim do ensino fundamentado na Gramática Tradicional e sua metalinguagem estagnada, colocando-se em favor do trabalho epilingüístico, em que alunos e professor analisam as possibilidades de uso da linguagem, é possível observar que esse trabalho de análise lingüística se fundamenta numa postura prescritiva de ordem analítica, tal como na tradição gramatical.

#### 4. Considerações finais

A postura prescritiva das novas propostas de ensino, tal como apresentada acima, também encontra sua fundamentação em posturas prescritivas da própria Lingüística: ou na escolha da variedade a ser analisada (Possenti, 1990); ou quando considera um falante ideal, numa comunidade de fala completamente homogênea, como para o gerativismo de Chomsky; ou, como ressalta Rajagopalan (1998), ao tomar como ponto de partida pressupostos monolíngües, isto é, posturas fundamentadas no ideal de pureza da(s) língua(s).

**RESUMO:** O ensino de língua materna tem sido considerado discriminatório por pesquisas que propõem um ensino baseado na análise lingüística. Entretanto, mesmo a tradição gramatical fundamentava-se na análise lingüística. Este artigo tem o objetivo de mostrar que as teorias lingüísticas modernas são também discriminatórias como uma análise do discurso pedagógico revela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lingüística; ensino de línguas; gramática.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRANCHI, Carlos. Criatividade e Gramática. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, N. 9pp.5 45, 1987.
- GERALDI, João Wanderlei, SILVA, Lílian Lopes Martin da & FIAD, Raquel Salek. Lingüística, Ensino de Língua Materna e Formação de Professores. *D.E.L.T.A.*, vol. 12, n. 2, pp.307 -326, 1996.
- POSSENTI, Sírio. Gramática e Política. *O Texto na Sala de Aula: Leitura e Produção*. (org. João Wanderley Geraldi) 5.ed. Cascavel: Assoeste, 1990.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria Estadual de Educação. *Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa: 1º grau*, 4. ED. São Paulo: SE/CENP, 1992.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.